



**ANEXO II
MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO**

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO**

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa XXXXXX, doravante denominada CREDENCIADA, celebram o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, que constitui instrumento contratual equivalente, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE **EXAMES DIVERSOS** PARA O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DANDO CONTINUIDADE AO DIAGNÓSTICO DE DOENÇAS NA LINHA DE CUIDADO DO USUÁRIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA NATUREZA JURÍDICA

2.1. O presente instrumento possui natureza de **credenciamento**, caracterizando-se como procedimento auxiliar de contratação, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O credenciamento configura **relação não exclusiva e não excludente**, permitindo a habilitação e formalização simultânea de múltiplos prestadores aptos à execução dos serviços.

2.3. O presente Termo de Credenciamento constitui **instrumento contratual equivalente**, apto a reger direitos e obrigações entre as partes, dispensada a celebração de contrato administrativo distinto.

2.4. A administração não tem a obrigação da contratação do quantitativos dos itens previstos neste termo. Fica a critério do previsto no termo de referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O presente Termo terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A execução dos serviços ocorrerá mediante demanda regulada pelo Fundo Municipal de Saúde, por meio da emissão de guias, autorizações ou instrumentos equivalentes.

4.2. A prestação dos serviços observará integralmente o disposto no Termo de Referência, especialmente quanto aos protocolos técnicos, qualidade e prazos.

4.3. A distribuição da demanda entre os credenciados observará os seguintes critérios com seleção a critério de terceiros com a seguinte ordem de prioridade:



- I – Livre escolha do usuário, sempre que possível;
- II – Regulação do sistema de saúde;
- III – Capacidade operacional do prestador;
- IV – Proximidade geográfica;
- V – Critérios objetivos de equidade, tais como rodízio ou ordem cronológica, **apenas de forma subsidiária.**

4.4. O credenciamento não garante volume mínimo de serviços, estando a execução condicionada à demanda, regulação e disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. Os serviços prestados serão remunerados conforme os valores estabelecidos na tabela constante no Edital e no Termo de Referência.

5.2. Os pagamentos serão realizados conforme a efetiva prestação dos serviços, mediante comprovação e atesto da execução.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

6.1. Executar os serviços com observância das normas técnicas, éticas e sanitárias aplicáveis.

6.2. Manter todas as condições de habilitação durante a vigência do credenciamento.

6.3. Garantir atendimento isonômico e sem discriminação aos usuários do SUS.

6.4. Cumprir integralmente as disposições do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

7.1. Realizar a regulação e encaminhamento dos usuários.

7.2. Fiscalizar a execução dos serviços.

7.3. Efetuar os pagamentos devidos conforme a execução.

CLÁUSULA OITAVA – DO DESCREDENCIAMENTO

8.1. O descredenciamento poderá ocorrer:

- I – por solicitação da Credenciada, mediante aviso prévio de 30 dias;
- II – por interesse público devidamente justificado;
- III – por descumprimento das obrigações previstas neste Termo.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a Credenciada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Este Termo substitui integralmente a necessidade de contrato administrativo específico, produzindo todos os efeitos jurídicos necessários à execução do objeto.



**SANTANA DO
SÃO FRANCISCO**
← Trabalho que faz a diferença. →

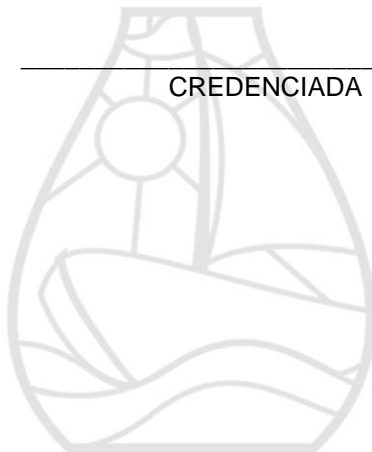


10.2. Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

Santana do São Francisco/SE, _____ de _____ de 20____.

CREDENCIANTE

CREDENCIADA



**SANTANA DO
SÃO FRANCISCO**

← Trabalho que faz a diferença. →

